

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

CRISTIAN MANDICAJU

**CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA: UM ESTUDO DE CASO DO
ARQUIVO DO GRUPO NUANCES NA PERSPECTIVA DA IDENTIFICAÇÃO
ARQUIVÍSTICA**

**PORTO ALEGRE
2019**

CRISTIAN MANDICAJU

**CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA: UM ESTUDO DE CASO DO
ARQUIVO DO GRUPO NUANCES NA PERSPECTIVA DA IDENTIFICAÇÃO
ARQUIVÍSTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof.Dr. Valdir José Morigi

**PORTO ALEGRE
2019**

CRISTIAN MANDICAJU

**CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA: UM ESTUDO DE CASO DO
ARQUIVO DO GRUPO NUANCES NA PERSPECTIVA DA IDENTIFICAÇÃO
ARQUIVÍSTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em de de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdir José Morigi – UFRGS

Orientador

Prof.^a Dra. Ana Célia Rodrigues – UFF

Examinador

Arquivista Mestre Lisandra Rosa de Vargas - DIVDOC/UFRGS

Examinador

DEDICATÓRIA

À minha avó, Ilva Mandicaju (Chica), (*in memoriam*), mulher guerreira, lavadeira, não alfabetizada, que me deixou palavras sábias e que levarei para o resto da vida: “cuida dos dentes e estuda”. Vó, onde estiver, saiba que dedico esta graduação a você.

AGRADECIMENTOS

À Maria, minha filha de quatro patas, que me aguentou esses anos de curso. Ouviu reclamações, lamentações, mas sempre me tratou com alegria. Espero um dia ser a pessoa que ela pensa que sou.

Ao meu amigo e companheiro Guilherme Händell Dipp, que acreditou na minha entrada na Universidade Pública, muito mais do que eu mesmo.

À minha irmã Mirela Mandicaju que, mesmo sem saber, sempre esteve presente.

À UFRGS, que me fez uma pessoa melhor, onde vi a vida de uma maneira mais colorida.

Aos meus colegas, Carla, Débora, Edilene, Luana e Tatiana, por estarem sempre comigo.

À minha amiga Lisandra, que muito me ajudou em toda caminhada na Universidade.

À pessoa que conheci e muito admirei, pelo simples fato de acreditar no meu potencial para escrever este trabalho, Ana Célia Rodrigues.

Finalmente, ao Valdir Morigi, pelo carinho e atenção, que muito mais que meu orientador, é um amigo. Sinto-me privilegiado por tê-lo como orientador, principalmente por ter permitido eu falar com meu coração.

“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.” (Boaventura de Souza Santos).

RESUMO

Este trabalho apresenta os conceitos de Arquivo, Memória, Direitos Humanos e Cidadania e suas inter-relações. O estudo busca compreender como os arquivos de grupos ligados ao movimento LGBTIQ+ (gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais/travestis, interssexuais, queer e o símbolo de adição para não delimitar e/ou encerramento dos mesmos), que teve início na luta pela liberdade dos direitos sexuais e de identidade de gênero na década de 1970, em Nova Iorque, auxiliam na construção da cidadania e na luta pelos direitos humanos. Concebidos como fontes de informações que possibilitam aos usuários o acesso às diversas ações dos grupos, estes arquivos contribuem na construção das memórias e no fortalecimento de movimentos LGBTIQ+. De natureza qualitativa, esta pesquisa foi realizada no arquivo do Nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual, que tem como objetivo a luta pelos direitos civis, políticos e sociais de sua comunidade. Por meio da identificação arquivística, foi possível compreender que o acervo oportuniza à sociedade gaúcha informações relacionadas ao movimento, através de documentos, redes sociais, informações divulgadas e exposições em locais de grande circulação, demonstrando a importância da função social dos arquivos, para que o usuário aproprie-se de sua história e seja compreendido no contexto do qual ele pertence.

Palavras-chave: Arquivo. LGBTIQ+. Identificação. Nuances.

RESUMEN

Este artículo presenta los conceptos de Archivo, Memoria, Derechos Humanos y Ciudadanía y sus interrelaciones. El estudio busca comprender cómo los archivos de los grupos de movimiento LGBTIQ+ (gay, lesbiana, bisexual, transexual/travesti, intersexual, *queer* y el símbolo más/suma de no delimitación y/o cierre de los mismos), que comenzaron en la lucha por la libertad de los derechos sexuales y la identidad de género en la década de 1970, en Nueva York, ayudan a construir la ciudadanía y luchar por los derechos humanos. Concebidos como fuentes de informaciones que permiten a los usuarios acceder a las diversas acciones de los grupos, estos archivos contribuyen a la construcción de recuerdos y al fortalecimiento de los movimientos LGBTIQ+. De naturaleza cualitativa, esta investigación se realizó en el archivo *Nuances* - Grupo por la Libre Expresión Sexual, cuyo objetivo es luchar por los derechos civiles, políticos y sociales de su comunidad. A través de la identificación de archivos, fue posible comprender que la colección proporciona a la sociedad gaucha informaciones relacionadas con el movimiento, a través de documentos, redes sociales, información difundida y exhibiciones en lugares con mucha circulación, lo que demuestra la importancia de la función social de los archivos, de modo que el usuario toma posesión de su historia y se entiende en el contexto al que pertenece.

Palabras Clave: Archivo. *LGBTIQ+*. Identificación. *Nuances*.

LISTA DE SIGLAS

CIA	Conselho Internacional de Arquivos
DBTA	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
DEDIHC	Departamento de Direitos Humanos e Cidadania
DUA	Declaração Universal sobre os Arquivos
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
GIFE	Grupo de Identificação de Fundos Externos
GIFI	Grupo de Identificação de Fundos Internos
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
LAI	Lei de Acesso à Informação
LGBTIQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Interssexuais, Queer e o Símbolo de Adição para não Delimitar e/ou encerramento dos mesmos
NPH	Núcleo de Pesquisa em História
ONGs	Organizações Não Governamentais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Cartaz distribuído pelo Grupo Nuances	41
Figura 2	Livro de Célio Golin: Nuances 25 anos	42
Figura 3	Material gráfico elaborado e distribuído pelo grupo Nuances	42
Figura 4	Convite à Batalha	43
Figura 5	Jornal O Nuances 48ª edição	43
Figura 6	Painel utilizado para promoção do evento	44
Figura 7	Material criado para a exposição	45
Figura 8	Material produzido através das fotos do acervo da entidade	45
Figura 9	Materiais do Grupo e suas devidas explicações sobre o assunto	46
Figura 10	Livros e demais documentos da entidade	46
Figura 11	Livros Diversos	47
Figura 12	Convite para uma exposição promovida pelo Grupo	49
Figura 13	Convite para a 23ª Parada Livre	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 ARQUIVO, MEMÓRIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	15
2.2 IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA	24
2.2.1 Conceituação	24
2.2.2 Aplicação	29
3 METODOLOGIA	32
4 A IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO METODOLOGIA NO	35
RECONHECIMENTO DO ARQUIVO DO GRUPO NUANCES	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

A sociedade tem se deparado com uma quantidade cada vez maior de informações criadas e compartilhadas, de forma física ou virtual, especialmente na internet, via redes sociais. Entretanto, também são produzidas informações nos âmbitos das instituições públicas e privadas armazenadas nos documentos, nos mais diferentes suportes, e que constituem os seus arquivos. Eles são importantes não só para a vida, a continuidade e o desenvolvimento das atividades das instituições, como também para cada cidadão e a sociedade como um todo.

Possibilitar o acesso às informações é de extrema importância para os cidadãos, tendo em vista que os arquivos são fontes de prova dos atos praticados. Além de possuírem um valor histórico, cultural, social e científico, eles possibilitam o acesso às informações relacionadas à garantia dos direitos e deveres de todos os cidadãos.

Todo arquivo possui função social intrínseca, tendo como objetivo principal o acesso e a difusão da informação. Com as constantes mudanças da sociedade, os arquivos - que são os resultados documentados das ações - necessitam acompanhar essas transformações para que o papel social seja realizado, relacionando cada vez mais a memória individual e coletiva da sociedade, seja de curto ou de longo prazo. A memória precisa sempre ser considerada como um fator relevante na construção da cidadania, pois quando os personagens não participam diretamente, o que não é possível, as informações registradas assumem o papel de fala, perpetuando os fatos.

Sendo assim, surgem alguns questionamentos relevantes relacionados à produção de informações armazenadas em arquivos de instituições ou entidades representantes de movimentos específicos, como o LGBTQI+: como entender fatos do passado, através de documentos, de um grupo específico que se criou através da luta pela igualdade de direitos? Já que os arquivos trazem as ações humanas, como a comunidade em geral, e especificamente a LGBTQI+, saberá de tudo que foi construído para seu reconhecimento enquanto cidadãos, senão nos arquivos?

Assim, esse estudo tem como objetivo compreender, na perspectiva da identificação arquivística, como as informações contidas nos documentos auxiliam na visibilidade de uma comunidade específica, a LGBTQI+. Com a finalidade de entender o caminho de lutas trilhado pelo movimento LGBTQI+, buscou-se analisar

o arquivo como fonte de informação e como este contribui para o exercício da cidadania, da luta pelos direitos humanos e da memória desta comunidade.

A identificação arquivística consiste em uma metodologia que antecede qualquer outra função da área, pois analisa o produtor e o documento. Sendo assim, é capaz de oferecer a teoria e a prática necessárias para os arquivos de qualquer natureza, para potencializar sua estrutura, explanando suas necessidades e funcionalidades, no que tange à sua produção e à sua função institucional.

As informações contidas nos documentos podem auxiliar o movimento LGBTIQ+, pois neles estão registradas as ações praticadas pelos membros e as conquistas por eles alcançadas. Sendo assim, as informações documentais podem contribuir para o avanço do movimento no âmbito político, jurídico e social e em suas futuras ações.

Este movimento não heterossexual teve seu início na década de 1970, por gays que frequentavam um bar na cidade de Nova York, EUA. Revoltados com as constantes perseguições policiais e buscando igualdade perante a sociedade, enfrentaram a polícia local e resistiram, criando um grande marco da causa. A partir daí, o movimento motivou vários outros grupos de luta e a ascensão das minorias de gênero em todo mundo.

Assim, e tendo como base o objetivo geral anteriormente mencionado, foi realizado um estudo de caso no Grupo Nuances - uma Organização Não Governamental que representa os cidadãos gaúchos no movimento LGBTIQ+, onde buscou-se, especificamente:

- a) reconhecer a natureza jurídica/administrativa da ONG Nuances;
- b) reconhecer os documentos produzidos pela entidade;
- c) identificar os documentos do arquivo para apontar o vínculo arquivístico;
- d) analisar as informações registradas nos documentos do Nuances;
- e) verificar o tratamento dado às informações registradas nos documentos arquivados;
- f) identificar como ocorre o acesso e a difusão das informações do arquivo.

A partir daí, foi possível investigar como o arquivo do Grupo Nuances contribui na construção da cidadania, no reconhecimento dos direitos humanos e na construção da memória da comunidade LGBTIQ+ no estado do Rio Grande do Sul. Ademais, foi possível investigar, ainda, como a identificação arquivística pode tornar

o arquivo do Grupo Nuances mais viável e acessível, seja para os usuários e os gestores ou para qualquer outra intervenção arquivística.

Sendo assim, no segundo capítulo foi realizada uma revisão bibliográfica no intuito de buscar uma familiarização e contextualização com o tema da pesquisa, abordando conceitos referentes à Cidadania, aos Direitos Humanos e à Memória e suas inter-relações, bem como a perspectiva arquivística sob a qual estes assuntos foram posteriormente investigados, conceituando Identificação Arquivística, Diplomática e Tipologia Documental. Trouxe-se, também, informações a respeito do estudo de caso - o Grupo Nuances, demonstrando sua representatividade no Estado. No terceiro capítulo, foi apresentada a metodologia utilizada para o trabalho e de que forma os resultados foram alcançados, trazendo informações a respeito do período de realização da pesquisa e os meios de captação dos seus dados. No quarto capítulo, foram apresentados os resultados da pesquisa, incluindo a caracterização da entidade e sua produção documental. Por fim, no quinto capítulo, foram apresentadas as considerações finais do trabalho, bem como algumas recomendações para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esse capítulo aborda as relações entre Arquivo, Cidadania, Direitos Humanos e Memória Coletiva e suas inter-relações. Também, a abordagem da base conceitual da Identificação Arquivística, que visa o reconhecimento da entidade produtora de documentos e as informações neles contidas.

2.1 ARQUIVO, MEMÓRIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

O arquivo é definido em sua estrutura física (prédio), a acumulação de documentos (fundo), entidade custodiadora e pelo móvel utilizado para a guarda física. Porém, o foco será como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.”(DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 27). Conforme a Lei Federal nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991, em seu Art. 2º, define o arquivo como:

[...] os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

A conceituação de Theodore Roosevelt Schellenberg, arquivista estadunidense e referência na área, define os arquivos como documentos(records):

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentais, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2006, p.41).

Observamos, a partir das conceituações acima, que existem similaridades nas definições de arquivo trazidas pelos autores, principalmente, em relação às entidades físicas ou jurídicas e também na acumulação natural dos documentos, de acordo com suas atividades. A esse respeito Bruno Delmas discorre:

Documentos reunidos por uma pessoa ou instituição em razão de suas necessidades, formando, assim, um conjunto solidário e orgânico denominado fundo de arquivo, conservado para usos posteriores. Tais utilizações são, [...], numerosas, diversas, mutáveis e imprevisíveis. (DELMAS, 2010, p. 56)

Segundo o arquivista francês, Bruno Delmas, “provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária; lembrar-se é uma utilidade de gestão; compreender é uma utilidade científica de conhecimento; identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social” (DELMAS, 2010, p. 21).

Corroborando com esta ideia de arquivo, a definição de Terry Eastwood no livro “Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico”, oferece uma perspectiva mais adequada ao entendimento e direcionamento desta pesquisa. O autor amplia a definição tradicional de arquivo sem descaracterizá-lo. Conforme o autor:

As definições tradicionais de arquivo, embora variem os termos empregados, reforçam que os documentos de arquivo, de certa forma, surgem naturalmente no processo da realização das atividades da entidade que os produz e de acordo com suas necessidades. Obviamente, os arquivos não pertencem ao mundo natural, mas são criações sociais. Entretanto, ao descrevê-los como sendo produzidos naturalmente como consequência das atividades de seu produtor, os arquivistas estão tentando descrever a característica crucial que eles acreditam inerente a todos os arquivos: que eles são o resultado de quando os seres humanos realizam ações, cumprem missões ou finalizam tarefas no mundo e, portanto, revelam fatos, ainda de que de forma circunscrita, sobre essas ações, missões ou tarefas e os acontecimentos e experiências mais amplas das quais ele fazem parte. (EASTWOOD, 2016, p. 22 - 23).

No mesmo livro, o autor afirma que a ideia inicial de um arquivo sempre foi a de comprovar direitos e privilégios, agora são de “reais instituições científicas”. Uma das mudanças que o autor aponta é a visão alterada das instituições sobre não ver os arquivos como laboratório da história, mas:

A noção de que o material de arquivo é um importante componente do patrimônio cultural nacional e local e de que sua preservação e disponibilidade podem contribuir para a percepção de identidade de nações, comunidades, instituições e indivíduos modificou a forma como estes últimos e a sociedades enxergam e apreciam o material de arquivo. No passado, os arquivistas se descobrem desempenhando um papel complexo enquanto mediadores entre arquivos e as diferentes categorias de usuários com origens e necessidades diversificadas. Além de mais, os artefatos culturais de

toda espécie, desde os textos literários até as obras de arte - incluindo o patrimônio arquitetônico -, passaram a ser vistos pela ótica de várias formas de pensamento construtivista e relativista 'convenientemente rotuladas de 'pós modernas'. (EASTWOOD, 2016, p. 30).

O autor se fundamenta em Verne Harris, um dos críticos sobre a tradição arquivística, que defende a variação, instabilidade e discutíveis palavras e conceitos que rodeiam o fazer arquivístico. E mais:

Ele critica asperamente a noção de que os arquivos/documentos refletem a realidade e argumenta que os arquivistas devem ser mais modestos em relação à capacidade dos arquivos de se comunicar com o passado e tornarem-se mais úteis por meio de "uma contextualização mais rica do que é preservado". Ele acredita também que a orientação protetora tradicional dos arquivos não se encaixa no mundo organizacional fluido e no tratamento arquivístico do documento eletrônico que caracterizam os tempo atuais. Ele deseja que o trabalho dos arquivistas seja orientado não estritamente nos termos de 'modelar o documento como portador de memória", mas amplamente nos termos de sua participação nos processos de formação da memória'. (EASTWOOD, 2016, p 41).

Diante disso, o arquivo passa a ser um aliado da memória, onde auxilia e compactua com os fatos passados, com a verdade e o entendimento da constituição social e coletiva.

Interligando o arquivo à memória, o historiador francês, Jacques Le Goff, aponta a importância dos documentos para construção da memória:

[...] os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se. Novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida –, que deixa de ser 'definitivamente passado'. (LE GOFF, 1990, p. 19).

O autor complementa afirmando:

A primeira é a primazia do acontecimento. Se pensamos que, de fato, o trabalho histórico consiste em estabelecer acontecimentos, basta aplicar aos documentos um método que deles os faça sair. Assim, Dibble [1963] distinguiu quatro tipos de inferências, que levam dos documentos aos acontecimentos, em função – da natureza dos documentos que possam existir: testemunhos individuais (testimony), fontes coletivas (social bookkeeping), indicadores diretos (direct indicators), correlatos (correlates). Este método excelente só tem o defeito de definir um objetivo contestável (LE GOFF, 1990, p. 27).

Traz, ainda:

'O questionar do documento': A história tradicional dedicava-se a 'memorizar' os monumentos do passado, a transformá-los em documentos e a fazer falar os vestígios, que em si não são verbais ou, em silêncio, dizem algo de diferente que o que de fato dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que, onde se decifrava traços deixados pelos homens, onde se deixava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, há uma amálgama de elementos que têm de ser isolados, agrupados, tomados como eficazes, postos em relação, integrados em conjuntos. (LE GOFF, 1990, p. 85)

Jacques Le Goff apresenta a memória interligada à história, porém muitas ciências também fazem essa ligação. Quando ele aborda sobre os documentos, fala do objeto de estudo da Arquivologia e aponta, entre linhas, diferenças entre o fazer arquivístico, que lida com o documento em seu conjunto e a forma que a história analisa. Não obstante, inter-relacionar história com memória é ligar ao arquivo, possivelmente. E é com essas palavras que o arquivo se une à memória, neste trabalho.

Segundo Luciana Duranti (1994, p.50), o arquivo é o "remédio para a lembrança". Já para Jardim, "[...] a noção de arquivo permanente traz em seu bojo a perspectiva de que expressa um tipo de memória materializada. Como tal, esta memória confunde-se com o próprio arquivo a ser preservado." (JARDIM, 1995, p.5). Com isso, o abstrato e o físico, o intelectual e o material, confundem-se, mas, no final, expressam as mesmas coisas em representações diferentes (SILVA & ORICCO, 2015). Quando vemos documentos, não vemos apenas letras, números ou imagens, desfrutamos de uma viagem ao tempo, ao inconsciente individual e coletivo.

Para Margaret Hedstrom (2016), os arquivos, por sua vez, são os estimulantes da memória, representando muito bem o que passou e propiciando o entendimento melhor do mundo moderno, pois, na verdade, o que passou foi o que resultou no que se vê hoje; logo, para saber, somente os arquivos podem atestar. Além do mais:

Uma maior consciência de como funciona a memória coletiva ajudou a trazer para dentro dos arquivos uma missão social mais significativa e alinhá-los não só com a preservação do passado e com a produção da história, mas com as causas sociais de responsabilidade, justiça, formação de identidade e reconciliação. Por fim, com a guinada na direção da memória coletiva como função central do arquivo, os arquivistas começaram a reexaminar sua

imagem pública e suas relações com profissionais de outras 'instituições de memória'. (EASTWOOD, MACNEIL, 2016, p.251).

No mesmo livro, as tratativas de Joan Schwartz e Terry Cook, sobre a ligação do arquivo com a memória coletiva, o autor corrobora com a ideia de Jacques Le Goff:

A memória, assim como a história, está enfatizada nos arquivos. sem estes, a memória falha, o conhecimento sobre os feitos esvai-se, o orgulho de uma experiência compartilhada se dissipa. O arquivo é o antídoto para todas essas perdas. O arquivo contém provas do que passou antes, e isso caracteriza especialmente o mundo moderno. Com o desaparecimento da vida rural tradicional e da família estendida, não é mais possível se ter uma memória baseada em narrativas pessoais compartilhadas. O arquivo mantém-se como uma das bases do conhecimento histórico. O arquivo valida nossas experiências, nossas percepções, nossas narrativas, nossas histórias. Os arquivos são nossas memórias. (SCHWARTZ, COOK, 2002 *apud* EASTWOOD, MACNEIL, 2016, p. 251).

Tal afirmação remete à ideia de que os arquivos, contendo todos os seus documentos, refletem todos os sentimentos, inclusive os intrínsecos, do ser humano, por meio de suas ações. Todos, segundo Jô Gondar, são objetos sociais no individual e no coletivo, gerando uma memória polissêmica, o que nos dá uma riqueza de grande proporção (GONDAR, 2008). Quando se fala na interdisciplinaridade de sentimentos que constituem uma memória, trazem-se todas as ideias que um ser humano pratica, registrando isso em documentos, cujo conjunto forma um arquivo, considerado um templo rico do material intelectual humano.

Em relação à memória, Morigi afirma:

A memória pode ser compreendida de diversas perspectivas científicas. No campo da Sociologia e da Psicologia Social, a memória pode ser concebida pelo seu caráter sociocultural. Nesse contexto, a recordação e a memorização são tidas como processos construídos culturalmente e que fazem parte da dinâmica da vida social. (MORIGI, ROCHA e SEMENSATTO, 2012, p. 183).

O arquivo absorve dados e informações que as pessoas produzem e podem se manifestar em diferentes formas. Conforme Chagas e Pereira o arquivo:

"[...] pode ser compreendido como um grande instrumento de armazenamento e acesso às informações e, nesse sentido, está frequentemente ligado às questões de preservação da memória, na

medida em que funciona como um depósito de dados e fatos.” (CHAGAS; PEREIRA, 2011, p. 320).

A importância desta ligação se dá nos aspectos administrativos, jurídicos e históricos, uma vez que segundo Duranti (1994, p.50), “[...] através de milênios, os arquivos têm representado, alternada e cumulativamente, os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da informação.”

Já Couture e Rousseau (1998), no livro *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*, citam palavras do arquivista italiano Elio Lodolini:

Desde a mais Alta Antiguidade que o homem sentiu a necessidade de conservar a sua memória, primeiro sob forma oral, depois sob forma de graffiti e de desenhos e, finalmente, graças a um sistema codificado, isto é, com símbolos gráficos correspondentes a sílabas ou de letras. A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda e qualquer actividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos. A própria vida não existiria pelo menos sob as formas que conhecemos se não houvesse a ADN, isto é, a memória genética registrada nos arquivos primordiais. (COUTURE; ROUSSEAU, 1998 p. 34).

Nas palavras de Aleida Assmann, em seu livro *Espaços da Recordação: Formas e Transformações da Memória Cultural*, na terceira parte da obra, intitulada “Armazenadores”, a autora aborda sobre a importância ao arquivo como registro do passado, um dos espaços onde as recordações são guardadas. O arquivo é a moradia da memória, das ações do passado, da história, em contrapartida, a aproximação com o poder, com a história real, abrindo espaço para o esquecimento, segredos escondidos e a omissão. Diante disso, nada é parcial, pois os documentos são produzidos por ações intencionais, a serviço do seu tempo (ASSMANN, 2011).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) possui um programa denominado Memória do Mundo, onde estão registrados diversas ações humanas referentes à evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. Segundo as diretrizes do programa, o patrimônio documental possui os elementos a seguir: “são móveis [...]; consistente em símbolos/códigos, sons e/ou imagens; conserváveis os suportes são inertes; reproduzíveis e transformáveis e o fruto de um processo de documentação deliberado.” (UNESCO, 2002, p. 15). Sendo assim, os conjuntos documentais que

formam os arquivos das instituições se caracterizam como patrimônio de toda a sociedade, e não somente da comunidade ao qual está inserida essa instituição.

O arquivo pode atuar como o guardião da memória, na manifestação das ações humanas registradas em documentos e atinge não somente os produtores da informação, mas toda uma sociedade. À vista disso, o cidadão passa a ser o usuário mais importante nesta abordagem.

Definindo cidadania, temos a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988¹, que oferece, em seus direitos, princípios e garantias fundamentais, o de ser cidadão em um Estado Democrático constituinte e que todos os valores sociais e de poder emana do povo, independente de quem seja. Juridicamente, cidadão é o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. Em um conceito mais amplo, cidadania quer dizer a qualidade de ser cidadão, e conseqüentemente sujeito de direitos e deveres. De acordo com o texto escrito no site Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC²)

Ao mesmo tempo, os agentes estatais, como cidadãos investidos de funções públicas, têm o dever de atuar com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, prestando contas de todos os seus atos. Uma relação harmoniosa entre as expectativas dos cidadãos e a atuação estatal é o ideal a ser alcançado por qualquer sociedade.

Mas nem tudo depende apenas do Estado. O conceito de cidadania vai muito além, pois ser cidadão significa também tomar parte da vida em sociedade, tendo uma participação ativa no que diz respeito aos problemas da comunidade. Segundo Dalmo de Abreu Dallari: “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo”.

Colocar o bem comum em primeiro lugar e atuar sempre que possível para promovê-lo é dever de todo cidadão responsável. A cidadania deve ser entendida, nesse sentido, como processo contínuo, uma construção coletiva que almeja a realização gradativa dos Direitos Humanos e de uma sociedade mais justa e solidária (DEDIHC, 2018, documento eletrônico).

Conforme Liszt Vieira (2001), a cidadania está relacionada à liberdade e à igualdade. Para o autor, questionando sobre a visão liberal de cidadania concebida:

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 21 de novembro de 2019.

² Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/>. Acesso em 21 de novembro de 2019.

[...] em termos de *status* legal de direitos e responsabilidades do ponto de vista universal, e reivindicando que devem ser levadas em conta as identidades socioculturais e as diferenças de grupos étnicos diversos que se consideram oprimidos ou excluídos da cultura hegemônica, embora tenham os direitos comuns da cidadania (VIEIRA, 2001, p. 220).

Lembra sobre a importância dos direitos de cidadania e a forma como eles são exercidos no interior de um Estado-nação. O autor aborda o tema da globalização e o futuro da cidadania, afirmando que as desigualdades sócioeconômicas entre os cidadãos são cada vez mais profundas. Destaca que a participação política ativa dos cidadãos é fundamental nesse contexto (VIEIRA, 2001).

Teorizando os Direitos Humanos na sua base, temos a DUDH, onde se destacam os primeiros artigos, definindo o que será defendido neste trabalho:

Artigo I Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo II - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

- Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo III Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. (DUDH, 2009, p. 3-4)³.

Culturalmente, a sociedade padroniza o comportamento das pessoas pelo sexo biológico de cada um, onde a heteronormatividade sempre foi a legítima representação de ser homem ou mulher. Por isso, a comunidade LGBTIQ+ é tratada de forma discriminativa, excluída e marginalizada, causando sofrimento e dor a esta população. A orientação sexual e a identidade de gênero são naturais, o que leva estas pessoas ter os mesmos direitos que qualquer outro cidadão.

A DUDH(1948) oferta a cidadania e os direitos como iguais a qualquer ser humano. A constituição de 1988 garante a igualdade e não a discriminação, onde no seu artigo 5º diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer

³ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 21 de novembro de 2019.

natureza”, o que nos mostra, independente desta disposição, que a luta dos movimentos LGBTQ+ pela cidadania estão cada vez mais presentes.

Esta pesquisa aborda uma temática ligada a um grupo “diferente”, o Nuances, que luta pela liberdade de expressão. Nesse sentido, Eduardo Bittar expõe que o direito à diferença é uma ampliação, no interior da cultura do direito, da afirmação de normas de luta por reconhecimento. A ampliação elástica do conceito de direito, para abranger também a ideia de um direito à diferença, consolida a ambição de diferenciação dentro de sociedades modernas que tendem a produzir homogeneização e padronização (BITTAR, 2009, p. 553). Assim, o que precisa ser mudado é o tratamento das diferenças, pois hoje, o que é igual, é tratado igual; e o que é diferente, é tratado diferente; por quê?

De acordo a DUDH, é possível que sejamos iguais na diferença. Todos são diferentes entre si e isto é ser humano. Conceituar a natureza humana é respeitar as diferenças e a complexidade da diversidade. Segundo Rios (Jornal Nuances, 2019), os direitos sexuais, além de concretizações da liberdade, da igualdade e da proteção à dignidade, são desafios presentes e necessários para a democracia, especialmente no contexto atual, permeado por intolerância e discriminação.

Direcionando o entendimento de arquivo e suas ligações com a cidadania e, intrinsecamente, com os direitos humanos, sabe-se que no Brasil existe um conjunto de leis que promovem a garantia e a proteção do direito dos cidadãos ao acesso à informação e ao patrimônio documental da sociedade brasileira. A Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI⁴) – é um exemplo disso, pois ela é responsável por garantir aos cidadãos o direito social de ter acesso e saber das informações contidas em qualquer arquivo ou base de dados, referentes ao interessado ou de caráter público. No caso do arquivo LGBTQ+, por se tratar de ONGs, também entram nessa obrigatoriedade. De acordo com Lisandra Rosa de Vargas:

O acesso aos documentos de arquivo e à informação arquivística contida neles é, portanto, um direito social de todo cidadão brasileiro, assim como o direito à saúde, à educação, etc. Por isso, os arquivos universitários, públicos ou privados, como um conjunto de informações arquivísticas públicas, devem receber um tratamento condizente, de forma a promover a sua disponibilização e preservação. (VARGAS, 2017, p. 57).

⁴ Lei de acesso à informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Art. 19, afirma que todo o ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão. Este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (DUDH, 1948).

Portanto, o direito do cidadão em ter acesso às informações de um arquivo está muito bem assegurado a partir de sua legislação, tornando possível a construção da memória coletiva de sua comunidade. Nesse sentido, segundo Dotti (1980), o direito à informação é um direito universal, inviolável e inalterável do homem moderno, posto que está fundado na natureza humana. Ele se movimenta na forma ativa e passiva: de uma parte, a procura de informação, e, de outra, a possibilidade em favor de todos de a receber. (DOTTI, 1980 Apud FONSECA, 2007, p. 5).

Na Declaração Universal sobre o Arquivos (DUA), aprovada na assembleia do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), afirma que os arquivos:

Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida (CIA, 2010).

A função social de um arquivo, uma vez que pode ser o guardião da memória, permite a inserção de todos que têm acesso a ele, possibilitando que esta memória seja mostrada através de seus registros. Se nem todos os membros de uma comunidade conseguem protagonizar os atos passados, os documentos irão ajudá-los a entender o desenvolvimento de sua própria história, bem como suas atuações e participações na sociedade. O arquivo, ainda, possibilita conhecer direitos de cidadania, direitos de igualdade ou de pertencimento e o estímulo da memória coletiva.

Para isso, entender as conexões entre documento e produtor, uma vez que um arquivo pode trazer os usuários para dentro de suas ações registradas, foi o impulso para este trabalho. Para tanto, o cidadão precisa se sentir inserido no contexto social ao qual pertence e o arquivo compreende esse papel, pois traz ações reais e mais próximas dele, mesmo que sem sua participação direta na ação,

podendo ainda se identificar com a produção. A identificação arquivística auxilia nesse contexto, através de sua importância teórica e prática.

2.2 IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A pesquisa traz a Identificação Arquivística por meio de seu conceito e aplicabilidade, teorizando de acordo com autores da área e a aplicação apresentada por esses autores.

2.2.1 Conceituação

O que é a Identificação Arquivística? Segundo Ana Célia Rodrigues, “a identificação converte-se na primeira tarefa que o arquivista deve realizar, pois gera conhecimentos que sustentam as bases de todo o tratamento técnico posterior que será aplicado aos documentos.” (RODRIGUES, 2008, p. 69).

Dentro da metodologia arquivística, a identificação é uma fase intelectual, servida da análise Diplomática e da Tipologia Documental. Ela estuda dois objetos: o órgão produtor e seus documentos. A identificação leva em consideração o princípio da proveniência, base primária da arquivologia, que é o “princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturado aos de origem diversa.” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 69). E o princípio da ordem original, a qual significa manter o documento e as suas relações orgânicas no contexto das atividades que o geraram (SOUZA, 2007 apud FABEN, 2019) e que possibilitam reconhecer o vínculo.

O termo identificação surgiu na década de 80, na Espanha, por um grupo de arquivistas, preocupados com a acumulação desordenada nos arquivos, que se utilizaram desta pesquisa para entender a produção dos fundos. Ampliando para a literatura arquivística, a identificação começa a ser desenvolvida, como metodologia, por grupos de arquivistas dos países Ibero-americanos.

Na década de 90, o conceito identificação passa ser adotado e até mesmo registrado, pois em 1993, o Dicionário de Terminologia Archivística espanhol define como “fase de tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo”. (DICCIONÁRIO, 1993, p.37).

A conceituação e até mesmo o direcionamento desta fase tem sido discutida e desenvolvida cada vez mais, conforme Antonia Heredia Herrera aborda, a identificação é uma fase independente e separada das outras funções arquivísticas, sendo uma fase primeira e fundamental para qualquer outra tomada de decisão (DECRETO 97, art. 27/2000). Já para o Brasil, de acordo com suas necessidades de analisar os arquivos superlotados, surgiu a necessidade de entender esta abordagem e buscar referências metodológicas de identificação. Mesmo sendo uma teoria bastante recente, começando nos anos 80, a identificação, na visão de muitos autores e práticas metodológicas, vem ganhando grande espaço e necessidade de aplicação no campo da arquivística. No Brasil, os trabalhos metodológicos desenvolvidos pelos grupos ligados ao Arquivo Nacional, Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI) e o Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE), foram analisados por Ana Célia Rodrigues, onde ela identificou uma grande evolução teórica sobre o tema e seus direcionamentos. Destaca, ainda, a importância destas práticas e o que influenciou os demais arquivos brasileiros. Tão importante foi a aplicação desta metodologia, pelos grupos, que se espalharam nas discussões sobre identificação pelo mundo, servindo como exemplos práticos no desenvolvimento do fazer arquivístico. Ressaltando que os trabalhos do GIFI e do GIFE surgiu da necessidade de padronização para reconhecer grandes massas documentais. (RODRIGUES, 2008).

Ocorre, então, o conceito do Arquivo Nacional sobre a identificação:

A identificação é uma etapa necessária à organização de acervos que não tenham recebido tratamento arquivístico algum. Visa não só a estabelecer maior controle sobre essa documentação, como fornecer indicadores que possam nortear a elaboração de um modelo de arranjo. Assim, é preciso conhecer a documentação antes de organizá-la. (ARQUIVO NACIONAL, 1985a, p.7).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística adotou o conceito após as práticas dos grupos, definindo como “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual.” (DICIONÁRIO..., 2005, p.104).

Entendendo, ainda mais, a metodologia desta fase arquivística, os fundamentos da Diplomática e da Tipologia Documental auxiliam neste entendimento, uma vez que a Diplomática, segundo Rosely Curi Rondinelli:

A diplomática e a arquivologia se entrelaçam quanto à história e ao objeto de estudo. Enquanto a segunda é uma extensão da primeira, ambas têm no documento arquivístico seu foco principal. Entretanto, há nesse foco uma nuance fundamental: a diplomática vê os documentos arquivísticos como entidades individuais, enquanto a arquivologia os vê como agregações. É esse componente orgânico dos arquivos que a arquivologia oferece à diplomática quando ambas se reassociam a partir do século XX. Nessa reassociação dá-se o complemento perfeito no qual a diplomática cuida da gênese, dos elementos de forma e do status de transmissão (minuta, original e cópia) do documento; e a arquivologia trata de contextualizá-lo, classificá-lo, temporalizá-lo, descrevê-lo e preservá-lo. (RONDINELLI, 2013, p. 140).

Discorre, em seu livro “O documento arquivístico ante a realidade digital”, nas palavras de Luciana Duranti, que fala sobre vários artigos e projetos sobre as duas áreas, sobretudo em cima dos documentos digitais, e também chamada de diplomática arquivística contemporânea, embora, na fala de Rondinelli, Duranti não reconhece assim, pois crê que os arquivistas, no máximo, podem dividir a clássica da contemporânea, ou seja, do analógico ao digital (RONDINELLI, 2013).

A identificação é a fase arquivística que analisa a ligação do produtor com o documento produzido, levando em consideração a proveniência e a ordem original. Desta forma, a gênese documental é o principal foco, onde se encontra a naturalidade da ação e o registro resultante desta ação, chamado de vínculo arquivístico. Como bem colocado por Ana Célia Rodrigues:

A identificação arquivística é uma ferramenta metodológica que se fundamenta em análise decorrente de diagnóstico elaborado sobre o documento de arquivo e seu órgão produtor, com a finalidade de propor soluções para o problema apresentado. Este tipo de pesquisa aplicada ao ensino do fazer arquivístico permite que o estudante aprenda a investigar sobre a gênese documental, revelando os elementos que caracterizam os documentos e registrando estas informações em instrumentos específicos, como condição e fundamento para o desenvolvimento das funções arquivística. (RODRIGUES, 2008, p. 32).

Para tal, o arquivista é o protagonista, pois deve trabalhar em sua formação técnica conhecida, ou como diz Pedro López Gómez (1998, p. 39) “o arquivista é investigador por ofício; não de qualquer tema, mas instituições cujos documentos estão sob sua custódia e deve organizar mediante uma metodologia arquivística de bases científicas, para pisar em terreno seguro”.

Diante do exposto, respeitar o princípio da proveniência, o princípio da ordem original, se relacionar com a Diplomática e a Tipologia Documental, aplicar ciências

como a Administração e o Direito, é o grande segredo da Identificação Arquivística. Tudo isso vai ajudar no reconhecimento do contexto jurídico-administrativo do organismo e na sua ligação funcional de produção, ou seja, se sua natureza possui ligação com suas ações registradas. A exaustiva pesquisa sobre as condições legais do produtor e o entendimento das tipologias documentais trará a ínfima ligação entre os dois, que é o que estuda a identificação arquivística. Disse Luciana Duranti(1995):

Se analisarmos cuidadosamente um documento arquivístico escrito, descobrimos que a muito mais nele do que um suporte, uma forma e um conteúdo. A circunstância de escrito implica tanto a presença de uma fato e uma vontade de manifestá-lo, como a vontade de dar origem ao ato. Também indica um propósito (...). Por isso quando um documento é criticamente analisado, a diplomática estuda: o fato e a vontade que o origina, enquanto se relacionam ao propósito e a consequência; o desenvolvimento de seu processo genérico e o caráter de sua forma física e intelectual. (DURANTI, 1995, p 19 *apud* RODRIGUES, 2008, p. 34-35).

A análise do produtor e do documento não é excludente, por isso da importância da utilização da Tipologia Documental, que explora os elementos extrínsecos e intrínsecos do documento ligado à intenção do organismo, na sua função e seus registros de prova.

Importante ressaltar que a identificação não se confunde com outra função arquivística, conquanto auxilia na aplicação delas. Contextualizando, Antonia Heredia Herrera afirma que o documento não é resultado intencional da funcionalidade do produtor, mas o registro natural e inconsciente da ação. Como bem coloca:

Trata-se do processo de reconhecer uma entidade arquivística por seus atributos específicos, sendo uma tarefa intelectual de análise para reconhecer algo que exige imediatamente sua materialização e formalização. Identificar é reconhecer, e não representar, porém, seu processo de análise requer representação ou formalização imediata do conhecimento adquirido. (HEREDIA HERRERA, 2011, p.23 *Apud* FABEN, 2019, p. 60).

Ana Célia Rodrigues vem defendendo, através de suas pesquisas, estudos de outros autores e pela aplicação dos métodos de identificação, que esta metodologia seja reconhecida como uma função arquivística, pois sua independência sistemática já seria suficiente para este reconhecimento. Ressalta: “atributos que apresentam o órgão produtor, suas funções e atividades e a maneira como estes vínculos

estabelecidos se traduzem nas partes do documento arquivístico, integram o conhecimento gerado nesta fase”. (RODRIGUES, 2008, p.202).

Em suma, o arquivista necessita entender a relação entre o produtor e o documento e a aplicação do princípio da proveniência e da ordem original na metodologia da Identificação Arquivística na perspectiva da Diplomática e da Tipologia Documental, para o reconhecimento do científico fazer arquivístico desta função.

2.2.2 Aplicação

A primeira etapa da metodologia de identificação é a coleta de informações sobre a formação natural e operacional do órgão; além de uma averiguação de sua funcionalidade, a fim de descobrir as competências, funções, atividades e estratégias administrativas, que se incorporam aos documentos das mais diferentes formas. Para uma aplicação mais robusta da identificação é preciso ter o pleno conhecimento de toda estrutura da organização, por meio de uma pesquisa da natureza e suas funções (BUENO, 2013).

Além de utilizar da Administração para analisar a estrutura administrativa e o Direito para reconhecer a natureza jurídica, a literatura arquivística oferece seus próprios instrumentos para a identificação. O vínculo arquivístico, que é o principal meio de reconhecimento entre a produção e o produtor, que assim pode ser definido:

É o componente essencial do documento de arquivo, que revela sua verdadeira natureza, que determina sua identidade, pois é definido pela sua ligação com o órgão produtor. Este conhecimento gerado no processo de identificação é a base de todo tratamento técnico, desenvolvido ao longo do ciclo de vida dos documentos. Os instrumentos produzidos, que registram as informações geradas, conferem uma atuação segura para o arquivista planejar as demais funções arquivísticas. (RODRIGUES, 2008, p.65).

A identificação é aplicada por um conjunto de meios interligados, com métodos dentro da ordem: reconhecer o organismo (natureza e atribuições), as funcionalidades e as séries documentais. Diante disso, pesquisar em fontes diversas como se caracteriza a entidade (conjuntura) e os documentos produzidos (tipologias) para compreender suas funções primárias e, conseqüentemente, seus registros documentais utilizados para exercê-las (RODRIGUES, 2008).

A identificação é uma fase primordial para um acervo sem nenhuma intervenção arquivística, pois atua em qualquer momento do ciclo vital dos documentos. Nesta aplicação, RODRIGUES (2008) diz que são utilizados dois elementos para entender o produtor, que é o elemento orgânico e o funcional, sendo assim:

- Elemento Orgânico, onde são vinculados ao produtor e não ao acumulador, que é uma separação fundamental, uma vez que o vínculo arquivístico, a gênese, só poderá ser encontrada no produtor.
- Elemento Funcional, que analisa as funções e as atividades desenvolvidas pelo produtor, no que tange às competências e que compõe sua série documental. Necessário, neste elemento, trazer “toda a circunstância que implica o estudo institucional [...]. Este estudo permite o conhecimento da estrutura do órgão, seu funcionamento interno, suas competências e suas transformações históricas” (ALBERCH e FUGUERAS, 2004, p 108-109 apud RODRIGUES, 2008, p. 70).

Busca-se a data de criação, sua evolução organizacional, a identificação da sua natureza jurídica, se pública ou privada, em várias fontes de pesquisa, ou propriamente pela característica dos documentos acumulados.

Para fundamentar ainda mais:

A informação sobre os elementos orgânicos e funcionais obtêm-se através da própria documentação e da legislação. No caso dos órgãos públicos, o estudo de todos os textos legais e normativos pertencentes à estrutura e funcionamento durante sua existência, funções e atividades desempenhadas que ficaram registradas nos documentos produzidos. São as normas oficiais que dispõem sobre a estrutura e funcionamento do órgão produtor - leis, decretos, portarias, entre outros - mas podem existir problemas nesta pesquisa, decorrentes do momento em que se encontram os documentos. (RODRIGUES, 2008, p. 71).

E por fim, nesta pesquisa de identificação, é analisado o tipo documental e a série documental, onde os elementos de caracterização do documento de arquivo são levados em consideração. Nesta etapa, estuda-se a estrutura física e o conteúdo do documento, levando em conta o gênero, o suporte, o formato e a forma e o texto, de acordo com sua finalidade, para se chegar ao tipo e à série documental.

Um grupo de autores, trazidos por RODRIGUES (2008), formula a série documental como: órgão + função + tipo documental, o que dá encontro ao conceito

de tipo documental que é a unidade produzida ligada à atividade do produtor e a série à função do mesmo produtor. As pesquisas feitas nesta fase estão vinculadas, além de leis e regulamentos, pelo grupo que está produzindo e tramitando os documentos, ligados às funções e às atividades. Nesta etapa, são utilizadas fichas de identificação e avaliação de séries (RODRIGUES, 2008, p. 75).

Existem muitos métodos sistemáticos para a execução, identificação arquivística, por meio de formulários, para a compreensão do órgão produtor e seus documentos, conforme traz Ana Célia Rodrigues em sua tese de doutorado em 2008. Isso leva à padronização dos métodos utilizados, iniciando na Espanha e muito discutido, agora, no Brasil. Deixando, ainda mais claro, como a identificação é importante e oferece metodologia para o arquivista executar qualquer função, posteriormente.

No caso de uma ONG, por ser uma entidade informal, podem existir limitações nas pesquisas sobre como ela pode executar suas funções e atividades, fazendo-se necessários outros meios de investigação.

A identificação arquivística leva em consideração o princípio da proveniência e da ordem original, utilizando os métodos da Diplomática e da Tipologia Documental para alcançar a elaboração desta metodologia. Assim, criando a padronização, por meio de formulários que permitem a detalhada montagem de informações.

Na prática, para arquivos públicos, em sua estrutura formal, a identificação pode ser aplicada com muito êxito. No entanto, em uma ONG, a metodologia pode ser limitada, não pela falta de elementos desta fase, mas pela estrutura organizacional do órgão analisado, obviamente, o que possibilita novos direcionamentos a partir da prática da identificação.

3 METODOLOGIA

A metodologia aplicada foi de caráter exploratório e qualitativo, sendo construída por meio de levantamento bibliográfico e estudo de caso, através de publicações de alguns incentivadores do movimento e posterior apresentação das informações produzidas e divulgadas pelo grupo Nuances.

Como o nome já diz, “exploratório”, neste sentido, o objetivo dessa metodologia é ter uma maior familiaridade com o problema de pesquisa, visando construir hipóteses (GIL, 2002). Esta técnica pode auxiliar na literatura da área para uma melhor explanação crítica e científica.

Por meio da pesquisa bibliográfica, composta por livros, artigos e teses, foi possível aprofundar o envolvimento da ciência arquivística em relação ao tema, compreendendo seus obstáculos e auxiliando na busca de prováveis soluções para os problemas encontrados. Em relação ao estudo de caso, também caracterizado neste tipo de pesquisa, buscou-se aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos (GIL, 2008).

Para conhecer todo o caminho de lutas do movimento LGBTIQ+, desde seu princípio, observou-se o arquivo como fonte de prova para o exercício da cidadania e dos direitos humanos, por meio de documentos que ofereçam a realidade de tudo que foi conquistado e reivindicado até hoje por essa comunidade, na busca por igualdade no âmbito político, jurídico e social.

Foi feito o levantamento bibliográfico e revisão da literatura sobre os temas: Identificação Arquivística, Tipologia Documental e Diplomática na Arquivologia. Esta ação se deu para conhecer a fundamentação teórica e metodológica e fundar o entendimento aplicado na pesquisa. Lembrando que na arquivística essas teorias estão muito bem explanadas, porém, não serão colocadas em dúvida, apenas usadas como base para a aplicação em um acervo sem qualquer intervenção, limitando a comparação de práticas trazidas pelos autores.

Relevante, também, ressaltar que existe uma grande deficiência em trabalhos sobre estas teorias e métodos, no que tange aos arquivos do tipo dessa pesquisa. As pesquisas são, em sua maioria, sobre arquivos públicos, o que deixa essa metodologia, no arquivo do Nuances, por exemplo, um projeto muito embrionário, mas necessário.

Ana Célia Rodrigues, uma grande defensora da função arquivística de Identificação, ainda reluta para a aceitação científica dessa prática entre os pares. Embora traga casos de muito sucesso nos arquivos públicos federais, estaduais e até municipais, percebe que muito espaço precisa ser conquistado.

A pesquisa também traz, em sua forma mais visionária e contextual, teorias sobre arquivo e sua função social, cidadania, direitos humanos e memória, não em seu enfoque antropológico, mas em um direcionamento arquivístico.

Dentro da identificação arquivística, a pesquisa traz a caracterização da entidade e sua trajetória de lutas e participação política, apresentando parte de seus documentos, informações e criações. Isso ocorreu por meio de uma visita à sede do Grupo, ocasião em que Célio Golin forneceu uma mostra do material analisado, no mês de abril de 2019; a visita à mostra museológica, que geraram fotos utilizadas nesta pesquisa, no dia 02 de julho de 2019; a pesquisa nas redes sociais do grupo (facebook e Instagram), no período de novembro de 2019; a leitura de livros, um deles escrito por um dos fundadores: “Nuances 25 anos, uma trajetória inconformada com a norma.”; o jornal institucional do grupo; e, por fim, os diversos defensores da causa e do grupo, por meio de seus comentários e textos em meios digitais e analógicos, o que ocorreu no mês de novembro de 2019, concomitantemente.

Já ligando estas teorias e suas aplicações, foram colocadas todas as informações coletadas e documentos analisados em xeque, ou seja, como tudo isso pode ser considerado um objeto de estudo para a arquivologia na perspectiva da Identificação, defendida por Ana Célia Rodrigues e, no seu bojo social, como o acervo do Grupo Nuances pode ofertar o exercício de Cidadania, reconhecimento de Direitos Humanos e construção da memória de uma comunidade.

Foram analisados os documentos do grupo de acordo com suas competências, direcionando essa prática para a identificação dos elementos orgânico e funcional, e não com a finalidade final da classificação, avaliação, descrição e nem gestão documental. Sobretudo, a finalidade desse trabalho é a utilização da Identificação Arquivística aplicada onde nenhuma intervenção da área foi adotada, facilitando outras funções futuras.

A aplicação desta metodologia foi executada de maneira sumária, pois no que tange à Identificação Arquivística e sua teoria, deveria ter uma exaustiva e detalhada pesquisa sobre o vínculo entre o produtor e o produto, visando outras funções. No

entanto, por se tratar de uma ONG, existe uma limitação de padronização, métodos, teorias e práticas em cima de um acervo desta natureza, sendo assim, o principal elemento utilizado para caracterizar a relação entre o produtor e seus documentos foi o vínculo arquivístico. Ademais, não foi encontrado um arquivo estruturado na visão arquivística, mas uma produção documental aleatória e desconexa em relação a sua sistematização, como também não, uma massa documental acumulada.

4 A IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO METODOLOGIA NO RECONHECIMENTO DO ARQUIVO DO GRUPO NUANCES

Direcionando para o estudo de caso deste trabalho, o grupo Nuances, a aplicabilidade da metodologia da Identificação Arquivística oferta resultados diferentes dos apresentados pelos autores, porém dentro da funcionalidade, finalidade e necessidade desta prática. A fusão da pesquisa institucional do órgão à análise da produção documental, levando em consideração a proveniência e a ordem original, faz com que o arquivista se beneficie de uma fonte de reconhecimento científico para qualquer outra ação técnica. A Administração e o Direito, enquanto ciências, no objeto de estudo, outorgam meios necessários para o mapeamento da estrutura jurídica e administrativa e suas competências para a produção documental, por isso a ligação da Arquivologia com essas e outras áreas é fundamental.

Por se tratar de uma ONG, os fluxos, as espécies e as tipologias documentais não possuem uma rigorosa fiscalização e nem padronização, não obstante, o que foi analisado aqui não se detém às formas legais, mas, ao vínculo arquivístico. Cabe lembrar que quando se estuda um órgão público, toda estrutura e funcionamento tem uma perfeita e clara normalidade, ou deveria ter, contudo, o grupo Nuances, mesmo tendo um interesse público, não atua nesta configuração, muito embora, tenha a finalidade de difusão e acesso de suas ações.

Em relação ao acesso à informação, Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, trouxe muita luz à população, em relação às informações de seu interesse ou público, todavia, não estabelece e nem tem essa finalidade de padronizar e formalizar os documentos produzidos pelas entidades ou pessoas que por ela são assistidas. Diante disso, a identificação arquivística auxilia, não só na reconhecimento, mas na visibilidade destas entidades ou pessoas à luz de suas ações registradas.

A utilização da Identificação Arquivística foi a maneira mais clara para o reconhecimento desta instituição, no que diz respeito à Arquivologia, pelo fato de não possuir nenhuma intervenção até o momento. A metodologia de identificação, como já falada, muito defendida por Ana Célia Rodrigues, foi aplicada em arquivos públicos, embora possa ser empregado em qualquer acervo de pessoa física ou jurídica, em virtude de sua prática científica. Corroborando com as ideias supracitadas, ela diz:

A pesquisa sobre o órgão produtor dos documentos se viabiliza a partir os dados encontrados em vários tipos de fontes de informações, que variam de acordo com a natureza do órgão, se público ou privado, ou em função das características do conjunto documental, se permanente ou em fase da produção. O estudo das características que apresentam a tipologia documental, versando sobre os caracteres internos e externos que se refere a sua estrutura física e ao seu conteúdo, permitindo a realização de estudos comparativos, com olhar retrospectivo, para tratar além da tipologia produzida, também a acumulada nos arquivos. Toda a informação resultante desta fase da pesquisa será compilada nos manuais ou sistemas de tipologia documental. (RODRIGUES, 2013, p. 10).

Além de entender o contexto arquivístico dos acervos e suas técnicas mais apropriadas de preservação e conservação, foi possível compreender a função jurídica de suas atividades, ou seja, para que esse arquivo represente as reais ações institucionais com fidelidade e fidedignidade, foi necessário compreender o que os documentos carregam, analisando o que eles trazem de útil e se, de fato, tudo que ali é registrado, mostra a história em toda sua trajetória, como a realidade precisa e orgânica.

O arquivo analisado traz documentos de toda uma trajetória de lutas, conquistas e reconhecimento de uma comunidade, que teve início no ano de 1982, por meio da política, representada pelo ativista José Carlos de Oliveira, que trouxe o tema homossexualidade para seu discurso, na campanha denominada “Desobediência Civil”. Em 1985, o grupo, que nasceu em Porto Alegre, sofreu influência da cidade de Caxias do Sul, através de Glademir Antonio Lorensi, que em 1988, conheceu Frei Rocha, candidato a deputado estadual, cujo seu slogan de candidatura dizia: “qualquer amor vale a pena, o importante não é ser homo, bi ou heterossexual, mas ser sexual; cada um deve dar vazão a sua sexualidade da sua maneira, dentro da sua privacidade” (Golin, 2017, p.12). Em 1989, surge a primeira organização não governamental para fins ligados à AIDS (ONG/AIDS).

Finalmente, em 1991, foi fundado o grupo Movimento Homossexual Gaúcho, posteriormente, denominado Nuances – Grupo Pela Livre Orientação Sexual – Construindo Cidadania, iniciando suas ações estratégicas primeiramente pelo bairro Cidade Baixa, junto ao Shopping Olaria e a bares GLS⁵, como o Ocidente. Em 2006,

⁵ GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), o termo foi criado em 1994 por Suzy Capó, jornalista, atriz, ativista e empresária. Disponível em: <http://agenciafotec.com.br/2019/06/14/pride-month-voce-esta-por-dentro-de-todas-as-variacoes-e-terminos-da-sigla-lgbtqia/>

o Grupo Nuances criou o Centro de Referência em Direitos Humanos, denominado “Rompa o Silêncio”, permitindo realizar o assessoramento de pessoas que sofriam discriminação, seja ela jurídica, psicológica ou social.

Outro acontecimento nessa trajetória, e que perdura até hoje, é a Parada Livre de Porto Alegre, que teve sua primeira edição em 1997. Cabe lembrar que este evento, também conhecido como o Dia do Orgulho Gay, nasceu na década de 1970, por meio da revolta de um grupo de gays da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, frequentadores de um bar denominado *Stonewall*⁶, que possuía uma grande concentração de gays, lésbicas e travestis, tendo batidas frequentes da polícia para inibir a liberdade dos frequentadores.

Naquela época, a homossexualidade era tratada como doença, por isso, essas pessoas eram marginalizadas e, muitas vezes, expulsas de casa por suas famílias. Cansados das frequentes invasões, e buscando uma maior liberdade de expressão, este grupo enfrentou a polícia e se posicionou diante da sociedade, realizando uma caminhada de orgulho gay na cidade. Tal episódio representou um significativo início para mudança na realidade de todos LGBTIQ+, pois mostrou ao mundo que ser cidadão de direitos independe da orientação sexual ou gênero. Até hoje, em todo o mundo, são realizadas caminhadas do orgulho gay, conhecidas como “Parada Livre”. Infelizmente, porém, a homossexualidade ainda hoje é considerada crime em 67 países⁷.

O Grupo Nuances é uma ONG que atua no município de Porto Alegre e em todo o Estado do Rio Grande do Sul e tem como meta lutar pelos direitos civis, políticos e sociais da comunidade LGBTIQ+. Fundado em 7 de abril de 1991 (<https://nuances9.webnode.com/>, recuperado em 13 de julho, 2019), foi registrado oficialmente no ano de 1993 e, somente no início de 1997, foi considerado de utilidade pública estadual. Discutindo temas relevantes para a sociedade, como direitos humanos, situações de discriminação em relação à homossexualidade, saúde e sexualidade, este grupo atua nas áreas de Direitos Humanos, Saúde, Cultura, Educação e Comunicação, conscientizando o povo e fortalecendo o movimento. Célio Golin, militante e um dos fundadores do grupo, destaca que:

⁶ De Faria, A.C.G, Giovanaz, M, Machado, E.P(2019, Maio). De Stonewall ao Nuances. *Jornal do Nuances*, edição nº 47, Ano 15, 8-9.

⁷ Crime em 67 países. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/com-decisao-do-stf-brasil-se-torna-43o-pais-a-criminalizar-homofobia-diz-relatorio.ghtml>. Acesso em 15 de Agosto de 2019.

Ao completar seus 28 anos de estrada, o Nuances, grupo pela livre expressão sexual, tem a alegria de celebrar com todas e todos seu aniversário juntamente com o jubileu da Revolta de Stonewall. Nossa trajetória de luta sempre teve como propósito a promoção da cultura, da diversidade e dos direitos humanos de lésbicas, gays, travestis e transexuais (homens e mulheres trans), pessoas não-binárias e todas as sexualidades que desafiam a heterocisnormatividade. Sabemos que o debate é longo, pois o tema vem há séculos desafiando teses - são inúmeras teorias e interpretações nos mais variados campos do conhecimento. (GOLIN, 2019).

Situada no centro da cidade de Porto Alegre, à Rua Vigário José Inácio nº. 303 – sala 62, a sede da ONG não tem estrutura para receber interessados em conhecer o acervo, tanto por limitação de material humano, quanto de materiais diversos. Hoje o espaço é utilizado apenas para reuniões dos membros da ONG e para receber correspondências.

O grupo Nuances é uma Associação Privada, por sua natureza jurídica, sob código 399-9, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Tem como atividade econômica o código 94.93-6-00, onde se define como “atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte” e sob número de CNPJ: 74.875.873/0001-84 em 08/12/1994, na cidade de Porto Alegre/RS. (RECEITA ESTADUAL DA FAZENDA-RS, 2019).

De acordo com a Lei nº 10.406⁸, do Código Civil, de 07/11/2002 nos Artigos 53 a 61, o grupo Nuances é uma associação privada sem fins lucrativos, onde pessoas se unem para uma finalidade específica e dentro de um tema em benefício a um grupo ou à comunidade. (BRASIL, Lei nº 10.406, artigos 53 a 61).

As muitas participações do Grupo na sociedade, no meio político, social, religioso e cultural, geraram muitos registros, ou seja, documentos provenientes desta natureza. Por se tratar de uma ONG, o grupo Nuances vem, ao longo dos seus 28 anos, atuando na ruas de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e até mesmo no Brasil. Com isso, cria-se uma maneira de se manifestar diferente da heteronormatividade que as mídias, falada ou escrita, desenhavam os LGBTIQ+ na década de 90. E para não silenciar essa comunidade e designá-los à normatização, à estereotipação, à domesticação e ao padrão social, o Grupo se posiciona com as mais diversas formas de falar, gritar, escrever seus mais diversos pensamentos, ações estas que resultaram em muitos documentos.

⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em 12 de novembro de 2019.

Os documentos do Nuances criaram-se de acordo com a naturalidade de suas ações, sendo jornais, revistas, livros, panfletos, cartilhas, convites, posts, fotos e bandeiras, no ambiente digital e analógico, sendo distribuídos em banheiros, ruas, baladas, bares e feeds de suas redes sociais (como no Facebook e Instagram).

A epidemia de Aids dos anos 80, principalmente do público masculino, procedeu a tarefa do Grupo Nuances de reflexão e enfrentamento desses desafios.

O projeto “Poa Noite Homens” surgiu em decorrência da participação de alguns militantes do nuances que faziam parte do Gapa/RS em 1994. O nuances estava em formação e os participantes tinham a idéia de que era preciso desenvolver algum trabalho direcionado aos gueis, em Porto Alegre. Naquele momento a epidemia de aids estava com uma incidência grande entre os homossexuais e Porto Alegre era uma das cidades com maior incidência de infecção do HIV junto a esta população. Isto motivou o grupo a participar de uma concorrência em nível nacional, com o incentivo principalmente de Adelmo Turra, então militante do Gapa/RS (2003, p. 8).

O mesmo documento ainda traz:

No início do projeto, o nuances não tinha uma inserção com os estabelecimentos gueis da cidade e isto motivou a elaboração de um diálogo com os proprietários, no sentido de apresentar os objetivos do trabalho a ser desenvolvido. Percebemos que a questão da AIDS causava resistência em alguns proprietários, bem como nos gueis frequentadores destes lugares. O nuances não era muito conhecido, o que também fez-se desafiador. A clandestinidade dos gueis e dos próprios lugares era muito maior. Com o passar do tempo fomos mostrando que o trabalho era sério. As intervenções com preservativos e materiais instrucionais foram abrindo caminho e quebrando barreiras. [...] O projeto proporcionou que o nuances tenha uma credibilidade em estabelecer parcerias com muitas destas casas, sendo possível a confecção de materiais com apoio de seus proprietários (2003, p. 11).

Ressalta:

A proposta aproximou o grupo à população, fazendo com que a organização tivesse contato maior com a realidade e, por consequência, produzindo interação que a legitimasse a atingir seus objetivos e tornar o trabalho efetivo. Ganhando credibilidade, pois o grupo se fazia presente junto ao universo do projeto, provocou visibilidade em torno das homossexualidades e da própria atuação de um coletivo organizado que para muitos, no início, eram incômodas e que, com o passar do tempo, foram compondo o cenário das homossexualidades em Porto Alegre. O impacto sobre a população alvo foi imediato, pois ela não estava acostumada com este tipo de intervenção e de interlocução. Para o Nuances, isto se

tornou fundamental, na medida em que era sabido que para ter sucesso no projeto e no trabalho do grupo seria necessário tal aproximação. Esta experiência trouxe uma valorização da autoestima da população alvo, que com o passar do tempo foi se aproximando cada vez mais do grupo. O projeto ampliou-se no momento em que tomou caráter político, estendendo-se a outras esferas da sociedade. O maior ganho, certamente, foi a credibilidade que o projeto deu à organização, possibilitando que se estabelecesse outras parcerias e outros objetivos (2003, p. 7).

Passaram-se os anos e o Grupo veio tomando novos direcionamentos e ideologias, inserindo-se cada vez mais na sociedade como um todo. No discurso *nuanceiro*:

Nós somos um grupo político. Não teria porque, pra nós do Nuances, as pessoas que estão aqui, estar fazendo militância do jeito que a gente faz... A gente gasta tantas horas por dia, sem ganhar muito. É porque nós acreditamos. Nós somos meio idealistas. Eu acho que a diferença do Nuances é que nós somos idealistas. Então, prá nós, essas questões de política têm um peso extremamente significativo. Então nós não perdemos a oportunidade de estar nos posicionando. Seja numa nota simples ou num editorial. Se pegar os editoriais, lá a gente fala umas bobagens, mas fala coisas políticas. E em alguns artigos. Então, pra nós, politicamente, é fundamental, é prioritário, a gente mexer com essa coisa toda que está aí. Essa relação política. Seja do movimento social. A relação com o Estado, com o partido. Nós achamos que essa é uma coisa fundamental pra nós. Nós não estamos numa ong simplesmente pra ser mais umas bichas close. Pra aparecer. Ou pra ter aquele poderzinho bobo. De estar aparecendo. Nós estamos numa ong para mexer com a moral da sociedade. Com a moral de todo mundo. Da direita, da esquerda, do centro. De tudo. Pra mexer. Pra provocar. Provocar o desequilíbrio. Para que as pessoas caiam a ficha. As bichas que se virem. Os héteros. Os homofóbicos também. A gente não está nem aí pra eles. Nem temos a preocupação de convencê-los de nada. Eles que continuem homofóbicos. Não é a nossa proposta. A questão é fazer um debate político sobre o que é democracia na sociedade, o que é direito do indivíduo, o que é direito do uso do corpo.

Por isso, o Grupo começa a tomar um corpo mais concreto e pragmático, tomando posse de um discurso sólido e coerente. Sobre isso, relata:

A gente defende, por exemplo, temas que ninguém defende. Nem as próprias pessoas que estão dentro do campo. Por exemplo, a prostituição. Nós defendemos a promiscuidade. A liberdade de trepar com quantos parceiros ele quiser por dia. Trepar com um, com dez, com vinte. Nós defendemos isso. Achamos que isso não é desvio de conduta. Ou a pessoa sem personalidade. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Nós defendemos esses temas. [...] O direito das travestis ficarem na batalha, dando o close. Essas coisas morais da sociedade. Então nós temos realmente uma questão de fundo que é

política mesmo. E acrescenta: Nós questionamos a normalidade da família heterossexual. Nenhum outro grupo tem coragem. Porque são covardes. Porque querem ser assimilados. Nós questionamos a idéia da naturalidade da família heterossexual. Que não tem nada de natural. É tudo artificial. Uma invenção totalmente ridícula. Nós questionamos isso. E questionamos todos esses valores, essas coisas. Coisas que realmente mexem com essa moral. E, claro, isso nos isola politicamente. [...] Agora nós não queremos fazer militância pra passar por mais umas outras bichinhas quaisquer. Umas idiotas. Como muita gente passa. E acha que está sendo altamente revolucionária. Não é isso que a gente quer. Isso já está claro pra nós.

Outra preocupação do Grupo é a violência e a discriminação praticadas contra os LGBTIQ+. Foi criado, na época, uma cartilha intitulada “rompa o silêncio”, trazendo informações sobre os direitos do cidadão, inclusive sobre o Art. 150 da Lei Orgânica do município de Porto Alegre, falando de como proceder e denunciar os atos praticados contra a comunidade. Ilustrado na figura 1, o material distribuído para essa ação citava o referido artigo, que prevê penalidades para estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas em Porto Alegre que praticarem ato de discriminação por Orientação Sexual.

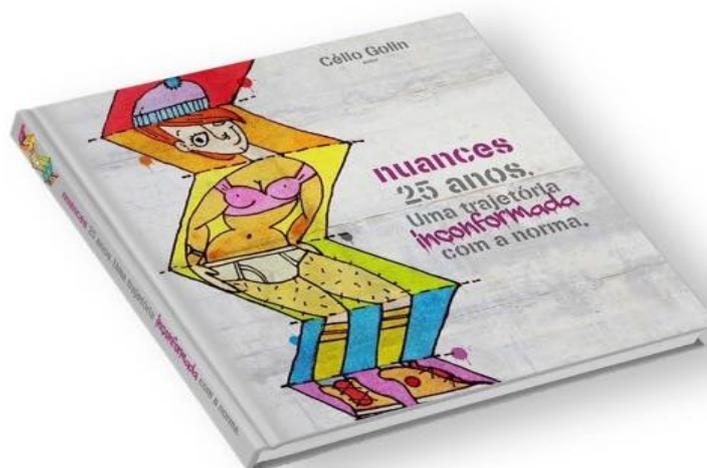
Figura 1 - Cartaz distribuído pelo Grupo Nuances



Fonte: registro do autor, 2019.

Recentemente, e no intuito de celebrar seus 25 anos de trajetória, a ONG publicou o livro intitulado **Nuances 25 anos: uma trajetória inconformada com a norma** (Figura 2). Nele estão descritos os diversos documentos de sua trajetória institucional, apresentando fotos das manifestações e participações em eventos, panfletos de campanhas de conscientização, folhetos de convites para eventos oferecidos pela entidade, jornais de todas as edições, revista do Nuances e outros materiais gráficos direcionados à inserção, respeito e aceitação da liberdade.

Figura 2 - Livro de Célio Golin: Nuances 25 anos



Fonte: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/04/geral/559024-grupo-nuances-lanca-livro-comemorando-25-anos-de-trajetoria.html.

Na figura 3, tem-se uma amostra de materiais gráficos, confeccionados pelo Nuances (Livro de Célio Golin: Nuances 25 anos. Uma trajetória inconformada com a norma).

Figura 3 - Material gráfico elaborado e distribuído pelo grupo Nuances



Fonte: registro do autor, 2019.

O reconhecimento do cidadão sempre foi um dos grandes desafios da entidade, além de promover e lutar por seus ideais, participando diretamente, por meio de ações reivindicatórias. Conforme figura 4, vê-se um Convite à Batalha: documento que convida a todos para se manifestarem contra humilhação e demissão de um funcionário da GM de Gravataí, em virtude de sua orientação sexual.

Figura 4 - Convite à Batalha



Fonte: registro do autor, 2019.

Um dos grandes meios de comunicação e voz do grupo é o Jornal do Nuances, ilustrado na Figura 5, que circula desde o ano de 1998, com 48 edições já publicadas e mais de 5 mil exemplares, todos distribuídos gratuitamente.

Figura 5 - Jornal O Nuances 48ª edição



Fonte: <https://www.facebook.com/nuanceslgbts/photos>

Seu acervo também se encontra digitalizado, para acesso na rede, e foi ofertado pelo Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mediante agendamento da pesquisa na página do NPH⁹, é possível consultar seu acervo, porém, estima-se que no 2º semestre de 2019 já esteja disponibilizado sem solicitações.

Foi em 2019 que o grupo completou 28 anos de participação política e em parceria com o curso de Museologia da UFRGS, fez uma mostra de seu acervo (Figura 6 - painel utilizado em forma analógica e digital, para promoção do evento), relatando toda a história e a trajetória da ONG até o momento. Esse método de difusão do arquivo teve uma repercussão exponencial, pois aconteceu no Memorial do Rio Grande do Sul, durante o período de 1 mês, de 18 de junho a 17 de julho. Embora tenha sido uma exposição museológica, ela ofertou informações fiéis à gênese do Nuances e sua missão.

Figura 6 - Painel utilizado para promoção do evento



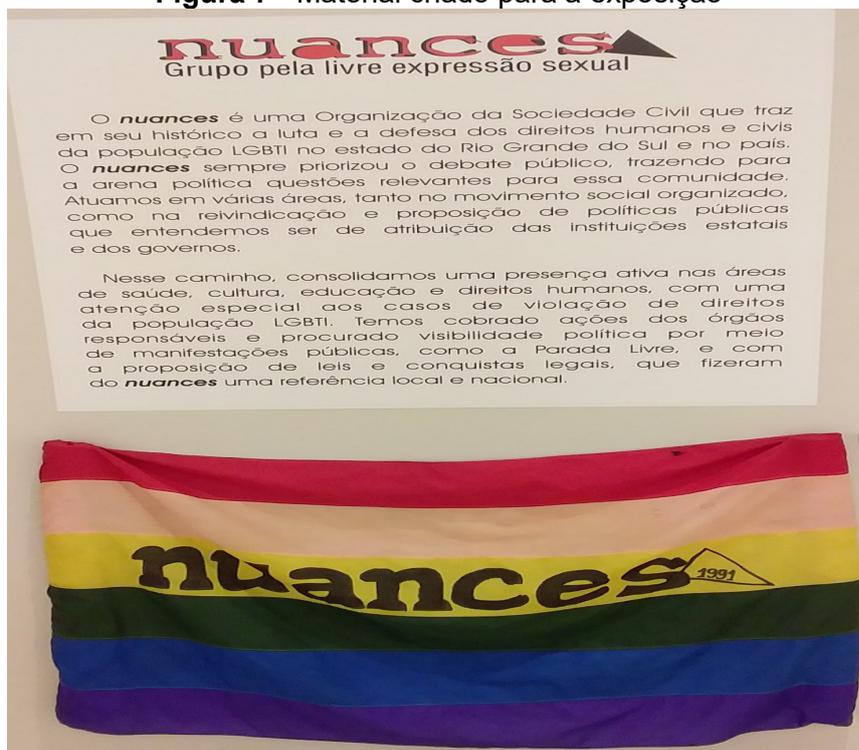
Fonte: <https://cultura.rs.gov.br/de-stonewall-ao-nuances-50-anos-de-acao-e-atracao-no-memorial-do-rs>

No evento, os visitantes puderam ter acesso às informações dos documentos de formação, material de campanhas de conscientização, livros, bandeiras, fotos, vídeos e outras informações criadas para o evento e ligadas ao grupo.

⁹ NPH disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nphh/>>.

Nas imagens a seguir, O Grupo Nuances relata isso. Na figura 7, o compromisso da entidade e seu entrosamento no cenário político, atuando nas áreas da saúde, cultura, educação e direitos humanos (material criado para a exposição, baseado nos documentos da entidade e a bandeira institucional do Grupo Nuances).

Figura 7 - Material criado para a exposição



Fonte: registro do autor, 2019.

Na figura 8, o grupo traz uma amostra de materiais ligados ao movimento e à história do *Stonewall*, bar onde ocorreu a revolta resultante de todo movimento LGBTIQ+, até hoje (material ligado a causa e texto escrito por influência do Nuances).

Figura 8 - Material produzido através das fotos do acervo da entidade



Fonte: registro do autor, 2019.

Na figura 9, observam-se as imagens dos materiais de campanhas de reações sobre a discriminação, incluindo o Artigo 150, que era a reivindicação do grupo pelo reconhecimento do LGBTIQ+ e sua liberdade de frequentar bares, independente de sua orientação sexual.

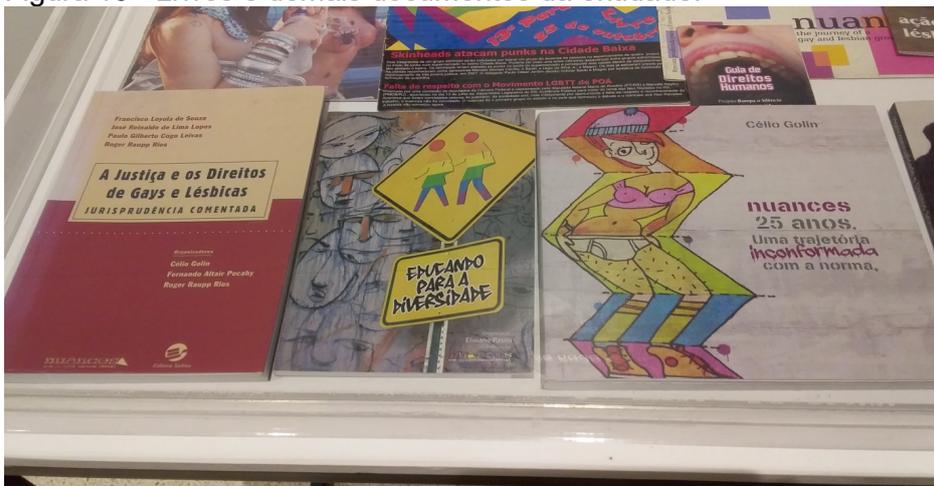
Figura 9 - Materiais do Grupo e suas devidas explicações sobre o assunto.



Fonte: registro do autor, 2019.

Na próxima figura (10), o grupo, em sua atuação na área da educação, traz o livro EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE, e na área dos direitos humanos, o livro A Justiça e os Direitos de Gays e Lésbicas, escrito pelo ativista e um dos fundadores do Nuances, Célio Golin, bem como o atual Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), Roger Raupp Rios.

Figura 10 - Livros e demais documentos da entidade.



Fonte: registro do autor, 2019.

Na última figura sobre a ONG, observam-se as informações sobre a atuação na área da Saúde, Direito, Educação e Cultura, oferecendo mecanismos de coragem, incentivo e visibilidade da comunidade LGBTIQ+; incluindo livros sobre direitos humanos, aceitação pessoal, visibilidade da causa e ainda, palavras de incentivo às pessoas para se aceitarem, independente de sua sexualidade.

Figura 11 - Livros Diversos



Fonte: registro do autor, 2019.

Os documentos resultantes da ação funcional do Grupo sempre tiveram, intrinsecamente, o desejo de manifestar, das mais diversas formas, o discurso de igualdade, aceitação e visibilidade, contribuindo para a cidadania, os direitos humanos e a memória dessa comunidade, o que naturalmente resulta o vínculo arquivístico de uma ONG.

Tal discurso pode ser percebido na figura 12, onde se tem um convite para uma exposição que o Grupo promoveu para mostrar o trabalho do cartunista Rafael Corrêa, parceiro de causa do Nuances. Nota-se aí a ideia do colorido, do todo, da maioria que qualquer cidadão pode representar. Posteriormente, tal exposição resultou em documentos de mesma proveniência.

Figura 12 - Convite para uma exposição promovida pelo Grupo



Fonte: Facebook: Nuances - Disponível em:

<https://www.facebook.com/nuanceslgbs/photos/p.2342918915819795/2342918915819795/?type=1&theater>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

Na figura 13, a divulgação da mais importante representação desse movimento, a 23ª Parada Livre, evento que gerou toda essa luta pela liberdade (Parada Livre, na Redenção, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul).

Figura 13 - Convite para a 23ª Parada Livre



Fonte: Facebook: Nuances - Disponível em:

<https://www.facebook.com/paradalivrepoa/photos/a.1414888918788547/2420854894858606/?type=3&theater>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

Nas palavras do grupo:

É com essa audácia e essa coragem que a 23ª Parada Livre de Porto Alegre vai ocupar o Parque da Redenção no dia 8 de dezembro. Vamos juntar todas nós, pessoas que dão a cara a tapa todos os dias para viver sua sexualidade e sua identidade. Pessoas que sabem o que é ser chamado de "sem vergonha" simplesmente por viver sua sexualidade como qualquer outra pessoa vive. Pessoas que desafiam o senso comum, questionando preconceitos enraizados na sociedade. Pessoas que criam seu próprio espaço por não se encaixar nos que lhe foram apresentados. Pessoas que entendem e apoiam essa luta. Vamos mostrar que sabemos quem somos e nos orgulhamos disso. Disponível em: https://www.facebook.com/nuanceslgbts/?ref=br_rs

Corroborando, as palavras da ativista trans Sylvia Rivera:

"Estávamos fazendo o que achávamos certo. E o que estamos fazendo agora, as poucas dentre nós que estão dispostas a incomodar as pessoas e ferir suas sensibilidades, é o que achamos que deveria ser feito. Temos que fazer isso porque não podemos continuar invisíveis. Nós temos que ser visíveis. Não devemos nos envergonhar de quem somos. Temos que mostrar ao mundo que somos muitas. Há muitas de nós lá fora" (RIVERA, 2019).

O Grupo possui, ainda, jornal institucional, edições de livros, produção de revistas, suportes para preservativos com texto explicativo sobre prevenção de DST's, bolachas (suportes para copos de cerveja), cartilhas e folhetos informativos sobre direitos humanos e divulgação de eventos, guia gay e lésbico da cidade de Porto Alegre, boletins, documentos de projeto, calendários, flâmulas, além de um blog e redes sociais (Instagram e Facebook).

Por não possuir, até o momento, nenhum tipo de intervenção arquivística e nem mesmo um arquivo, propriamente dito, na entidade, os documentos ficam espalhados por muitos lugares, dificultando uma organização lógica, acessível e concentrada. Todavia, a ONG utiliza meios para que a informação do material produzido seja perpetuado, por meio de digitalização, imagens em redes sociais (nuvem), mostras, relatos escritos, onde poderão, de alguma forma, construir a memória do grupo.

Ações do grupo resultaram em documentos que circulam no Judiciário, para uso do nome social e retificação do registro civil, por exemplo. Desde 2017, as transexuais têm o direito de mudar seu nome civil sem a cirurgia de redesignação sexual (STJ, 2017).

Com isso, percebe-se que cada grupo que se constitui sente a necessidade natural de ser reconhecido pelo público, inserindo-se em um grupo maior e fazendo uma sociedade mais diversificada. Dessa forma, muda-se o modo de visão da sociedade para conquistar o respeito e a liberdade de fazer parte do todo e apontar, ainda, que o que era invisível, agora é socialmente relevante. Ademais, em 2019, o Supremo Tribunal Federal determinou que atos contra a identidade de gênero e orientação sexual sejam crime¹⁰, evento importante para o movimento LGBTQI+. Em uma de suas redes sociais, o Grupo Nuances postou em sua página do Facebook: “em meio a tanto retrocesso, uma vitória para se comemorar” (Facebook: Nuances - <https://www.facebook.com/nuanceslgbts/>, recuperado em 15 de agosto de 2019).

As publicações em redes sociais do grupo destinam-se à interação entre os usuários, manifestações e interesses em comum, constituindo-se em um meio de difundir as informações. O blog institucional e o Instagram, destinados a registrar ações e manifestações de seus militantes, também contribuem para a união da comunidade (Instagram: Nuances - <https://www.instagram.com/nuanceslgbts/?hl=pt-br> ou pelo nome @nuanceslgbts).

Além do jornal institucional, que é distribuído gratuitamente, conta com apoio de empresas em troca de propaganda inserida na publicação e, também, de doações de membros do movimento e sociedade em geral.

Embora o arquivo físico fique na sede da instituição, não se encontra aberto à visitação, por não ter uma organização arquivística adequada, porém, além de toda produção digital das ações do Grupo Nuances, este mesmo arquivo analógico já está circulando em sites, blogs, livros, redes sociais, digitalizados ou fotografados das mais diversas representações informativas.

Sendo assim, esta pesquisa buscou a conexão dos conceitos de cidadania, direitos humanos e memória, por meio do arquivo do Nuances e como a ciência arquivística, através da perspectiva da identificação, pode auxiliar nessa inter-relação, de forma a contribuir na construção da cidadania da comunidade LGBTQI+, na luta pelos seus direitos humanos e na construção da memória coletiva e individual do movimento.

Percebe-se que estes conceitos podem se interligar quase que naturalmente, pois quando se tem memória registrada, tem-se informação, e quando se tem

¹⁰ Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4239576>.

informação, tem-se conhecimento de uma sociedade. Assim, quando se conhece a sociedade, entendem-se seus direitos, por meio de documentos acessíveis e visíveis a todos.

A função do arquivo, portanto, é a responsabilidade de falar com todos os envolvidos, levando ao receptor a verdade dos fatos e os detalhes de tudo aquilo que ele precisa saber. Desta forma, foi possível perceber de que forma e quais informações chegam à sociedade em geral e àqueles que podem se interessar pela comunidade LGBTQ+.

A instituição precisa ser democrática em sua gestão administrativa, jurídica e legal, oferecendo acesso rápido e por meio de comunicações amplas. Um arquivo acessível não está ligado somente a sua estrutura física, mas intelectual e de proveniência, para que o usuário se sinta parte e não às margens.

Portanto, sem técnicas de preservação ou conservação, sem gestão documental clara e eficiente, ou ainda sem acesso rápido e difusão programada, o arquivo estudado conseguiu atingir um dos maiores objetivos de sua missão: mostrar, através dos documentos, a representação da sua criação, o vínculo arquivístico. A função institucional é fixada em seu acervo, natural e intrinsecamente, e o grupo Nuances, independente de sua percepção, traz um acervo repleto de atitudes políticas, sociais, culturais e jurídicas, que capta protagonistas e coadjuvantes, participantes e telespectadores.

Assim, percebe-se um arquivo atuante no estado e que tenta falar e ajudar seus membros, por meio de participações nos ambientes físico e digital, visando o reconhecimento igualitário e livre de preconceitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar as conexões entre Arquivo, Memória, Cidadania e Direitos Humanos e compreender, a partir da aplicação da metodologia adotada, como as informações presentes nos documentos auxiliam na visibilidade da comunidade LGBTQI+, foi o maior desafio nesta pesquisa. A abordagem destes conceitos teve um enfoque específico, uma vez que foi estudado como um arquivo pode auxiliar, através de suas informações, no exercício da cidadania, na luta pelos direitos humanos e na memória desta comunidade.

Este trabalho poderia trazer aqui a exaustiva análise dos tipos e das espécies documentais, porém, não era essa a intenção e nem havia tempo hábil para tanto, muito embora a Identificação Arquivística tenha aparatos metodológicos para tal ação, levando em conta a Tipologia Documental e a Diplomática. A ideia da pesquisa, entretanto, consiste na primeira etapa da Identificação, que visa à compreensão do produtor e de seus documentos, sem a finalidade de chegar à unidade documental produzida, conforme início histórico desta fase arquivística.

Esta pesquisa abre aqui um desafio de identificar as reais interações entre o produtor e seu usuário, na perspectiva do vínculo arquivístico. Uma vez isso feito, o arquivista consegue, futuramente, entender, criar e organizar um arquivo, conhecendo toda série documental e a evolução de qualquer outra função arquivística.

Poderiam ter sido abordados, para efeito de comparação, os resultados práticos dos arquivistas de Madri, perpassando pelos resultados dos grupos GIF1 e GIF2 do Arquivo Nacional, e finalizando com os feitos no arquivo de São Paulo e nos acervos do Judiciário, pois todos eles foram alcançados com a metodologia de Identificação. Porém, diferentemente do arquivo do Grupo Nuances, tais resultados visavam à identificação de grandes massas documentais, onde foram utilizados formulários e outros elementos técnicos de fazer arquivístico.

A análise do arquivo do Grupo Nuances apontou, somente para o produtor e sua missão na gênese, o que também foi possível pela fase arquivística da Identificação, mesmo que fragmentada e direcionada. Não obstante, esta pesquisa mostrou que existem outros aspectos a serem tratados e as questões aqui abordadas não tiveram a pretensão de serem decisivas, permitindo futuras discussões.

Tendo em vista o objetivo geral da pesquisa, fez-se necessário apresentar os documentos e a organização no que tange a sua participação política, para entender sua missão de criação e o caminho de lutas trilhado pelo movimento LGBTIQ+ no estado do Rio Grande do Sul. Os conceitos de Cidadania, Direitos Humanos e Memória estão intrinsecamente ligados à natureza do Grupo Nuances. Já na perspectiva da Identificação, foi apresentado o grupo estudado pelo seu vínculo arquivístico, analisando suas ações registradas.

Esta pesquisa não visou analisar a melhor ou a mais correta maneira de uma ONG produzir, tramitar e destinar, ou, até mesmo, preservar seus documentos, mas, dentro dos princípios da Arquivologia, mostrar o arquivo como um meio de comunicação com a comunidade, pela visibilidade e a gênese de suas ações (documentos). Com a intenção de entender o vínculo arquivístico - que é a ligação do produtor com seus documentos - ofertar aos arquivistas e aos demais interessados que, se uma entidade nasce para uma missão, ela pode inserir seus usuários nesta representação, tornando o arquivo cada vez mais perto, notório e fundamental na vida de quem o acessa.

Ademais, através da Identificação em ONG's, busca-se nortear arquivistas e gestores da informação para um melhor tratamento arquivístico, alcançando a função social do arquivo, por meio de investigações padronizadas e sistematizadas. Mesmo sem apresentar formulários técnicos para esta coleta, o que não era a intenção deste estudo, verificou-se que é possível oferecer aparato teórico para discursos no presente e no futuro.

Devido à complexidade da criação de uma metodologia, os arquivistas se aproximaram de outras áreas, como a da Administração, a da Diplomática, a do Direito e a da Informática, de modo que a formulação se torne cada vez mais científica. Com isso, permitiu-se entender melhor a produção documental de qualquer órgão produtor. Nos ambientes organizacionais, independente de qualquer natureza jurídica, o entendimento sobre as funções que geram ações e que resultam em documentos é bem complicado, suscitando um desafio ainda maior para o profissional arquivista.

Não obstante, este trabalho buscou mostrar ao arquivista uma necessidade de entendimento sobre os documentos de qualquer produtor, captando a naturalidade dos registros pela intenção e competência. Para tanto, demonstrar que a Identificação oferece procedimentos e técnicas para o total controle da

organização e, somente após ela, executar qualquer outra intervenção arquivística, ainda que aquilo que foi aplicado aqui seja apenas uma etapa desta fase, porém não menos importante.

Importante salientar também que esta pesquisa não executou a metodologia da Identificação Arquivística em sua plenitude, considerando toda sua técnica. Também não definiu nenhuma forma correta para a execução em ONG's, apenas achou um meio resumido, necessário e mais viável para o reconhecimento desse tipo de órgão. Acredita-se que a Identificação, pelo fato de buscar o vínculo arquivístico, já proporciona uma visível relação entre o produtor e sua produção, ofertando a utilização da informação para qualquer outra finalidade.

Assim, foi possível averiguar que o exercício da Cidadania, por meio de informações naturais de um produtor, para ser praticado, depende de cada um. O reconhecimento dos Direitos Humanos, por sua vez, por meio de documentos que relatam as lutas de uma causa, e ofertado por um arquivo, está na visão de qualquer membro de uma comunidade. Já a memória do movimento LGBTQI+, pode ser construída pelas ações registradas em documentos do Grupo Nuances e que podem ser acessados.

E de que forma isso pode ser colocado em prática? Por meio de um arquivo democrático e organizado, visando o acesso e a difusão das informações. Cabe salientar, todavia, que para qualquer ação mais à frente de seu usuário, precisa-se, necessariamente, de uma etapa primeira, a Identificação Arquivística.

Por fim, registra-se aqui o apelo aos arquivistas, para que olhem os arquivos ditos “diferentes”, como o do Grupo Nuances, dentro de sua missão social, de modo a torná-los cada vez mais democráticos e acessíveis no que se refere a sua estrutura. Ressalta-se a necessidade de novas pesquisas de Identificação para uma melhor visibilidade da comunidade LGBTQI+, dando não somente a devida importância ao arquivo, mas à temática aqui abordada.

Espera-se, ainda, que este trabalho sirva de inspiração para executar todas as demais técnicas da Identificação em pesquisas futuras, dentro do Grupo Nuances ou em outros que defendem a causa das minorias, deixando os documentos destes grupos tão marginalizados dentro de uma sociedade muito mais ao alcance de todos.

REFERÊNCIAS

ASSMAN, A. (2011) Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

BITTAR, E. C. B. (2009) O direito na pós-modernidade e reflexões frankfurtianas. (2. ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 26, Nov. 2019.

_____, **Lei nº 10.406, do Código Civil**, de 07/11/2002 nos artigos 53 a 61. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em 12 de novembro de 2019.

_____. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=127>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

_____. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 21 de novembro de 2019.

_____. Lei de acesso à informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 21 de novembro de 2019.

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). Identificação de documentos em arquivos públicos.

_____. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em 12 de novembro de 2019.

Bueno, Danilo André. **Mapeamento de fluxos documentais como elemento de identificação arquivística no âmbito da gestão de documentos**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2013.

CAMARGO, Ana M. de Almeida ; BELLOTTO, Heloísa L. (Coord.). Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CHAGAS, I. M.L. & Pereira, P.D. (2011). Arquivo e Memória: Uma Análise Dos Conceitos de arquivo segundo Michel Foucault e Roberto Gonzáles Echevarría. Fólio–Revista de Letras, Vitória da Conquista v. 3, n.2 p.319-331 jul./dez. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/3496/2907>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Declaração Universal sobre os Arquivos**. Disponível em: http://www2.iict.pt/archive/doc/ICA_2010_Universal. Acesso em 10 de julho de 2019.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

CRIME EM 67 PAÍSES. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/com-decisao-do-stf-brasil-se-torna-43o-pais-a-criminalizar-homofobia-diz-relatorio.ghtml>. Acesso em 15 de Agosto de 2019.

DE FARIA, A.C.; GIOVANAZ, M, Machado, E.P(2019, Maio). De Stonewall ao Nuances. Jornal do Nuances, edição nº 47, Ano 15, 8-9.

DEDIHC. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/>. Acesso em 21 de novembro de 2019.

DELMAS, Bruno. Arquivos para quê?. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010, p.196

DICCIONARIO DE TERMINOLOGÍA ARCHIVÍSTICA. Subdirección General de los Archivos. Estatales. 2. ed. Madrid: Ministerio de Cultura, 1995.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2019.

DUDH. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 21 de novembro de 2019. 2009, p. 3 e 4.

DURANTI, L. (1994). Registros documentais contemporâneos. In: Revista Estudos Históricos. V. 7, n. 13. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

FABEN, Alexandre. Identificação de documentos de arquivo no contexto da gestão de documentos no Brasil. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, RJ, Niterói, 2019. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/10770/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20%20Alexandre%20Fabem%20%20IDENTIFICA%C3%87%C3%83O%20DE%20DOCUMENTOS%20DE%20ARQUIVO%20NO%20CONTEXTO%20DA%20GEST%C3%83O%20DE%20DOCUMENTOS%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2019.

FONSECA, M O. (2007). Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. In: Scielo - Scientific Electronic Library Online. V. 28, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n2/28n2a07.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo : Atlas, 2002; 2008.

GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), o termo foi criado em 1994 por Suzy Capó, jornalista, atriz, ativista e empresária. Disponível em: <http://agenciafotec.com.br/2019/06/14/pride-month-voce-esta-por-dentro-de-todas-as-variacoes-e-termos-da-sigla-lgbtqia/>. Acesso em 10 de julho de 2019.

GOLIN, C. (2017). Nuances 25 anos: uma trajetória inconformada com a norma. Porto Alegre : Editora Nuances, s.n, 160 p.

GÓMES, Pedro Lopez. Los Archiveros y sus Investigaciones. **Métodos de Información**. vol 5 - n. 22-23. enero - marzo 1998.

GONDAR, J.(2008). Memória individual, memória coletiva, memória social. In: Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências da Informação, ano 8, n. 13. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4815/4305>. Acesso em 10 de julho de 2019.

GRUPO DIGNIDADE. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

GRUPO NUANCES. Disponível em: <https://www.facebook.com/nuanceslgbts/>, recuperado em 15 de agosto de 2019. Acesso em 15, Ago. 2019.

HEDSTROM, M. (2016). Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: Eastwood, Terry; Macneil, Heather. Correntes atuais do pensamento arquivístico. Tradução Anderson Bastos Martins; Revisão técnica Heloisa Liberalli Bellotto - Belo Horizonte: Editora UFMG.

HEREDIA HERRERA, Antonia, La identificación y valoración documentales en la Gestión Administrativa de las instituciones Públicas. Boletín de la ANABAD. Tomo 49, n. 1, 1999, p. 19-50.

JARDIM, J. M.(1995). A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. In: Ciência da Informação. v.25, n.2. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663>.

LE GOFF, Jacques, 1924. História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão. [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LISZT VIEIRA. Os argonautas da cidadania. A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 2001. 403 páginas.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 10 de julho de 2019.

MORIGI, V. J.& Rocha, C. P. V. & Semensatto, S. (2012). Memória, Representações Sociais e Cultura Imaterial. Morpheus (UNIRIO. Online), v. 9, p. 177-186.

NUANCES. Disponível em:<https://nuances9.webnode.com/sobre-nos/>. Acesso em 10 de julho de 2019.

POA NOITE HOMENS – projeto de intervenção em DSTs/HIV/AIDS dirigido a homens que fazem sexo com homens. Nuances – grupo pela livre expressão sexual, 2003, Porto Alegre (RS). Disponível em:

<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4239576>. Acesso em 10 de julho de 2019.

Publicações técnicas 37. Rio de Janeiro, 1985a.

RECEITA ESTADUAL DA FAZENDA-RS. Disponível em: https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp. Acesso em 12, Nov. 2019.

_____. https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp. Acesso em 12 de novembro de 2019.

RIOS, R. R. (2019, maio). Direitos LGBTQI: inclusão conservadora. reconhecimento e precariedade. *Jornal do Nuances - grupo pela livre expressão sexual*. Artigos, p.6.

RIOS, Roger Raupp. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre-RS. Ed.47, 2019, p.6.

RIVERA, Sylvia. Gênero e sexualidade. 50 anos de Stonewall. *Esquerda Diário*. São Paulo, junho, 2019. Disponível em: http://www.esquerdadiario.com.br/SylviaRivera_a_primeira_estrela_travesti utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter. Acesso em 02 de dezembro de 2019.

RODRIGUES, Ana Célia. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. 2008. 258f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

RONDINELLI, Rosely Curi. O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 280p.

ROUSSEAU, J & Couture, C. (1998). Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa : Publicações Dom Quixote.

SHELLENBERG, T.R. (Theodore R.), 1903-1970 Arquivos modernos: princípios e técnicas / T.R. Schellenberg; tradução de Nilza Teixeira Soares. - 6.ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388P.

SILVA, E. P. & Orrico, E. G. D. (2015). Memória social e o fenômeno informacional arquivístico. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, João Pessoa. XVI ENANCIB. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/3120/1278>. Acesso em 10 de julho de 2019.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia. Disponível em: http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticia/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-decirurgia. Acesso em 10 de julho de 2019.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2019.

VARGAS, L. R. (2017). Seção de Arquivo Histórico do Arquivo Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: diagnóstico sobre a preservação, a descrição e a difusão dos Fundos UPA e URGs. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais), Universidade La Salle, Canoas.